

Prefeitura Municipal de Macapá do Estado do Amapá

MACAPÁ-AP

Professor (Educação Infantil, Ensino Fundamental I - Anos Iniciais)

Edital N° 02/2018 de Abertura de Inscrições

MA076-2018

DADOS DA OBRA

Título da obra: Prefeitura Municipal de Macapá do Estado do Amapá

Cargo: Professor (Educação Infantil, Ensino Fundamental I - Anos Iniciais)

(Baseado no Edital N° 02/2018 de Abertura de Inscrições)

- Língua Portuguesa
 - Legislação
- Conhecimentos Pedagógicos
- Conhecimentos Específicos

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação/ Editoração Eletrônica

Elaine Cristina
Igor de Oliveira
Camila Lopes
Thais Regis

Produção Editorial

Suelen Domenica Pereira
Julia Antoneli

Capa

Joel Ferreira dos Santos

SUMÁRIO

Língua Portuguesa

Domínio da ortografia oficial.	44
Emprego da acentuação gráfica.	47
Emprego dos sinais de pontuação.	50
Flexão nominal e verbal.	07
Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.	07
Domínio dos mecanismos de coesão textual.	86
Emprego de tempos e modos verbais.	07
Vozes do verbo.	07
Concordância nominal e verbal.	52
Regência nominal e verbal.	58
Sintaxe.	63
Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas).	91
Intelecção de texto.	83
Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.	83
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.	85
Comunicações oficiais (conforme Manual de Redação da Presidência da República).	91
Adequação da linguagem ao tipo de documento.	91
Adequação do formato do texto ao gênero.	91

Legislação

Constituição Federal de 1988 (Artigo nº 205 ao nº 214);.....	01
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB atualizada (Lei nº 9.394/1996);.....	02
Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014);.....	19
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, 2013.....	34
Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA atualizado (Lei federal nº 8069/1990).	35
Declaração Universal de Direito Humanos.....	88
Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/ 2010).	98

Conhecimentos Pedagógicos

As influências das teorias filosóficas e psicológicas na educação brasileira; Pluralismo e diversidade cultural; O currículo escolar e a construção do conhecimento; Fundamentos da alfabetização; O Projeto Político-Pedagógico na escola; Planejamento educacional; Políticas Públicas:.....	01
a) Educação Especial,.....	18
b) Educação de Jovens e Adultos,.....	32
c) Educação Infantil,.....	33
d) Ensino Fundamental,.....	34
e) Educação étnico racial e Quilombola,.....	37
f) Educação Indígena,.....	45
g) Educação Ambiental;.....	46
Legislação educacional: a) Lei nº 9.394/1996 - LDB, atualizada até 30 de dezembro de 2017.	47
b) Lei nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação	64
c) Lei nº 8.069/1990 - ECA Estatuto da Criança e do Adolescente.	80

SUMÁRIO

Conhecimentos Específicos

Português: A fala, a leitura e a produção de textos em contextos formais de interlocução verbal; Gêneros do discurso; Classificação e flexão de palavras. Sintaxe de concordância, regência e de colocação; Significação das palavras, ortografia, acentuação e grafia, entendimento de textos.....	01
Matemática - A linguagem dos números; Números naturais; Números racionais não negativos; Operações Fundamentais e propriedades; Divisibilidade: múltiplos e divisores; Sistema de unidade de medida: decimais e não decimais; O universo das formas geométricas: perímetro, área e volume de figuras geométricas; Proporcionalidade; Grandezas e medidas e suas aplicações; Noções sobre o uso de tabelas e gráficos; Noções elementares sobre sucessões, padrões e contagem.....	84
História e Geografia - A criança e a sociedade: Município e Estados, aspectos geográficos, econômicos, sociais e culturais; História do Amapá; Geografia do Amapá; Fundamentos da Cultura Brasileira - aspectos geográficos, históricos, sociais e culturais;.....	128
O Brasil na atualidade: organização política e social, integração e desenvolvimento nacional. Ciências – A organização do ambiente, das interações dos seus componentes e o papel do ser humano no equilíbrio ecológico;.....	142
Bioma da Amazônia;.....	165
O conhecimento do próprio corpo e da saúde individual e coletiva;.....	166
Relações entre conhecimento científico e questões sociais.	209

LÍNGUA PORTUGUESA

Letra e Fonema.....	01
Estrutura das Palavras.....	04
Classes de Palavras e suas Flexões.....	07
Ortografia.....	44
Acentuação.....	47
Pontuação.....	50
Concordância Verbal e Nominal.....	52
Regência Verbal e Nominal.....	58
Frase, oração e período.....	63
Sintaxe da Oração e do Período.....	63
Termos da Oração.....	63
Coordenação e Subordinação.....	63
Crase.....	71
Colocação Pronominal.....	74
Significado das Palavras.....	76
Interpretação Textual.....	83
Tipologia Textual.....	85
Gêneros Textuais.....	86
Coesão e Coerência.....	86
Reescrita de textos/Equivalência de Estruturas.....	88
Estrutura Textual.....	90
Redação Oficial.....	91
Funções do "que" e do "se".....	100
Varição Linguística.....	101
O processo de comunicação e as funções da linguagem.....	103

Na produção de vogais, a boca fica aberta ou entreaberta. As vogais podem ser:

- **Orais:** quando o ar sai apenas pela boca: /a/, /e/, /i/, /o/, /u/.

- **Nasais:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais.

/ã/: *fã, canto, tampa*

/ẽ/: *dente, tempero*

/ĩ/: *lindo, mim*

/õ/: *bonde, tombo*

/ũ/: *nunca, algum*

- **Átonas:** pronunciadas com menor intensidade: *até, bola*.

- **Tônicas:** pronunciadas com maior intensidade: *até, bola*.

Quanto ao timbre, as vogais podem ser:

- Abertas: *pé, lata, pó*

- Fechadas: *mês, luta, amor*

- Reduzidas - Aparecem quase sempre no final das palavras: *dedo* ("dedu"), *ave* ("avi"), *gente* ("genti").

2) Semivogais

Os fonemas /i/ e /u/, algumas vezes, não são vogais. Aparecem apoiados em uma vogal, formando com ela uma só emissão de voz (uma sílaba). Neste caso, estes fonemas são chamados de *semivogais*. A diferença fundamental entre vogais e semivogais está no fato de que estas não desempenham o papel de núcleo silábico.

Observe a palavra *papai*. Ela é formada de duas sílabas: *pa - pai*. Na última sílaba, o fonema vocálico que se destaca é o "a". Ele é a vogal. O outro fonema vocálico "i" não é tão forte quanto ele. É a semivogal. Outros exemplos: *saudade, história, série*.

3) Consoantes

Para a produção das consoantes, a corrente de ar expirada pelos pulmões encontra obstáculos ao passar pela cavidade bucal, fazendo com que as consoantes sejam verdadeiros "ruídos", incapazes de atuar como núcleos silábicos. Seu nome provém justamente desse fato, pois, em português, sempre consoam ("soam com") as vogais. Exemplos: /b/, /t/, /d/, /v/, /l/, /m/, etc.

Encontros Vocálicos

Os encontros vocálicos são agrupamentos de vogais e semivogais, sem consoantes intermediárias. É importante reconhecê-los para dividir corretamente os vocábulos em sílabas. Existem três tipos de encontros: o *ditongo*, o *tritongo* e o *hiato*.

1) Ditongo

É o encontro de uma vogal e uma semivogal (ou vice-versa) numa mesma sílaba. Pode ser:

- **Crescente:** quando a semivogal vem antes da vogal: *sé-rie* (i = semivogal, e = vogal)

- **Decrescente:** quando a vogal vem antes da semivogal: *pai* (a = vogal, i = semivogal)

- **Oral:** quando o ar sai apenas pela boca: *pai*

- **Nasal:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais: *mãe*

2) Tritongo

É a sequência formada por uma semivogal, uma vogal e uma semivogal, sempre nesta ordem, numa só sílaba. Pode ser oral ou nasal: *Paraguai* - Tritongo oral, *quão* - Tritongo nasal.

3) Hiato

É a sequência de duas vogais numa mesma palavra que pertencem a sílabas diferentes, uma vez que nunca há mais de uma vogal numa mesma sílaba: *saída* (sa-í-da), *poesia* (po-e-si-a).

Encontros Consonantais

O agrupamento de duas ou mais consoantes, sem vogal intermediária, recebe o nome de *encontro consonantal*. Existem basicamente dois tipos:

1-) os que resultam do contato consoante + "l" ou "r" e ocorrem numa mesma sílaba, como em: *pe-dra, pla-no, a-tle-ta, cri-se*.

2-) os que resultam do contato de duas consoantes pertencentes a sílabas diferentes: *por-ta, rit-mo, lis-ta*.

Há ainda grupos consonantais que surgem no início dos vocábulos; são, por isso, inseparáveis: *pneu, gno-mo, psi-có-lo-go*.

Dígrafos

De maneira geral, cada fonema é representado, na escrita, por apenas uma letra: *lixo* - Possui quatro fonemas e quatro letras.

Há, no entanto, fonemas que são representados, na escrita, por duas letras: *bicho* - Possui quatro fonemas e cinco letras.

Na palavra acima, para representar o fonema /xe/ foram utilizadas duas letras: o "c" e o "h".

Assim, o *dígrafo* ocorre quando duas letras são usadas para representar um único fonema (di = dois + grafo = letra). Em nossa língua, há um número razoável de dígrafos que convém conhecer. Podemos agrupá-los em dois tipos: consonantais e vocálicos.

LEGISLAÇÃO

Constituição Federal de 1988 (Artigo nº 205 ao nº 214);.....	01
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB atualizada (Lei nº 9.394/1996);.....	02
Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014);.....	19
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, 2013.....	34
Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA atualizado (Lei federal nº 8069/1990).	35
Declaração Universal de Direito Humanos.....	88
Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/ 2010).	98

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (ARTIGO Nº 205 AO Nº 214);

**CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO
Seção I
DA EDUCAÇÃO**

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didáticoescolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no «caput» deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzem a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LDB ATUALIZADA (LEI Nº 9.394/1996)

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

As influências das teorias filosóficas e psicológicas na educação brasileira; Pluralismo e diversidade cultural; O currículo escolar e a construção do conhecimento; Fundamentos da alfabetização; O Projeto Político-Pedagógico na escola; Planejamento educacional; Políticas Públicas:.....	01
a) Educação Especial,.....	18
b) Educação de Jovens e Adultos,.....	32
c) Educação Infantil,.....	33
d) Ensino Fundamental,.....	34
e) Educação étnico racial e Quilombola,	37
f) Educação Indígena,.....	45
g) Educação Ambiental;.....	46
Legislação educacional: a) Lei nº 9.394/1996 - LDB, atualizada até 30 de dezembro de 2017.	47
b) Lei nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação	64
c) Lei nº 8.069/1990 - ECA Estatuto da Criança e do Adolescente.	80

AS INFLUÊNCIAS DAS TEORIAS FILOSÓFICAS E PSICOLÓGICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA; PLURALISMO E DIVERSIDADE CULTURAL; O CURRÍCULO ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO; FUNDAMENTOS DA ALFABETIZAÇÃO; O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA ESCOLA; PLANEJAMENTO EDUCACIONAL; POLÍTICAS PÚBLICAS:

Filosofia é um corpo de conhecimento, constituído a partir de um esforço que o ser humano vem fazendo de compreender o seu mundo e dar-lhe um sentido, um significado compreensivo. Corpo de conhecimentos, em Filosofia, significa um conjunto coerente e organizado de entendimentos sobre a realidade. Conhecimentos estes que expressam o entendimento que se tem do mundo, a partir de desejos, anseios e aspirações.

Assim, podemos dizer que, a filosofia cria o ideário que norteia a vida humana em todos os seus momentos e em todos os seus processos.

Neste sentido, a filosofia é uma força, é o sustentáculo de um modo de agir. É uma arma na luta pela vida e pela emancipação humana.

Em síntese, a filosofia é uma forma de conhecimento que, interpretando o mundo, cria uma concepção coerente e sistêmica que possibilita uma forma de ação efetiva. Esta forma de compreender o mundo tanto é condicionada pelo meio histórico, como também é seu condicionante. Ao mesmo tempo, pois, é uma interpretação do mundo e é uma força de ação.

Aplicações da Filosofia da Educação

A educação dentro de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesma, mas sim como um instrumento de manutenção ou transformação social. Assim sendo, ela necessita de pressupostos, de conceitos que fundamentem e orientem os seus caminhos.

A Filosofia fornece à educação uma reflexão sobre a sociedade na qual está situada, sobre o educando, o educador e para onde esses elementos podem caminhar.

O educando, quem é, o que deve ser, qual o seu papel no mundo; o educador, quem é, qual o seu papel no mundo; a sociedade, o que é, o que pretende; qual deve ser a finalidade da ação pedagógica. Esses são alguns problemas que exigem a reflexão filosófica.

A Filosofia propõe questionar, a interpretação do mundo que temos, e procura buscar novos sentidos e novas interpretações de acordo com os novos anseios que possam ser detectados no seio da vida humana.

Educação como transformação da sociedade

Não há uma pedagogia que esteja isenta de pressupostos filosóficos.

É possível compreender a educação dentro da sociedade, com seus determinantes e condicionantes, mas com a possibilidade de trabalhar pela sua democratização.

Para tanto, importa interpretar a educação como uma instância dialética, que serve a um projeto, a um modelo, a um ideal de sociedade. Ela trabalha para realizar esse projeto na prática. Assim, se o projeto for conservador, medeia a conservação, contudo se o projeto for transformador, medeia a transformação; se o projeto for autoritário, medeia a realização do autoritarismo; se o projeto for democrático, medeia a realização da democracia.

Do ponto de vista prático trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade, através da escola, significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta, de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes.

A educação como transformadora da sociedade recusa-se tanto ao otimismo ilusório, quanto ao pessimismo imobilizador. Por isso, propõe-se compreender a educação dentro de seus condicionantes e agir estrategicamente para a sua transformação. Propõe-se desvendar e utilizar das próprias contradições da sociedade, para trabalhar criticamente pela sua transformação.

Quando não pensamos, somos pensados e dirigidos por outros.

Os Sujeitos do Processo Educativo: O Ser Humano

O ser humano emerge no seu modo de ser dentro de um conjunto de relações sociais.

São as ações, reações, os modos de agir, as condutas normatizadas, as censuras, as convivências sadias ou neuróticas, as relações de trabalho, de consumo etc. que constituem prática, social e historicamente o ser humano.

O ser humano é prático, pois é através da ação que modifica o ambiente, tornando-o satisfatório às suas necessidades; e enquanto transforma a realidade, constrói a si mesmo no seio das relações sociais determinadas.

O ser humano é social na medida em que vive e sobrevive socialmente. A sua prática é dimensionada por suas relações com os outros.

O ser humano é histórico uma vez que suas características não são fixas nem eternas, mas determinadas pelo tempo, que passa a ser constitutivo de si mesmo.

Em síntese, o ser humano é ativo, vive determinadas relações sociais de produção, num determinado momento do tempo. Como consequência disso, cada ser humano é propriamente o conjunto das relações sociais que vive, de forma prática, social e histórica.

O ser humano se torna propriamente humano na medida em que, conjuntamente com outros seres humanos, pela ação, modifica o mundo externo conforme suas necessidades ao mesmo tempo, constrói-se a si mesmo.

Assim, enquanto ele humaniza a natureza pelo seu trabalho, humaniza-se a si mesmo.

Educador e educando, como seres individuais e sociais ao mesmo tempo, constituídos na trama contraditória de consciência crítica e alienação interagem no processo educativo. Eles são sujeitos da história na medida em que a constroem ao lado de outros seres humanos, num contexto socialmente definido. (Texto adaptado de LUCKESI, C.)

A existência da psicologia da educação como uma área de conhecimento e de saberes teóricos e práticos claramente identificáveis, segundo Coll (2004) tem sua origem na crença de que a educação e o ensino podem melhorar sensivelmente com a utilização adequada dos conhecimentos psicológicos. Tal convicção, que tem suas raízes nos grandes sistemas de pensamento e nas teorias filosóficas anteriores ao surgimento da “psicologia científica”, foi objeto de múltiplas interpretações. Existem profundas discrepâncias quanto aos princípios que devem ser aplicados, em que aspecto ou aspectos da educação devem ser usados e, de maneira muito particular, o que significa exatamente aplicar de maneira correta à educação os princípios da psicologia.

Situa-se o surgimento da Psicologia da Educação por volta de 1903, quando foi lançado o livro de Thorndike, o qual nomeou, pela primeira vez, esta área de estudos e lhe deu corpo doutrinário. Na edição de 1913 e 1914, Thorndike concluiu que todo conhecimento da psicologia que tivesse a possibilidade de ser quantificado podia ser aplicado à educação. (Goulart, 2000)

Thorndike em 1906 dizia que a eficiência de qualquer profissão depende amplamente do grau em que se torne científica. A profissão do ensino melhorará à medida que o trabalho de seus membros seja presidido por espírito e métodos científicos.

No discurso de muitos dos precursores da Psicologia da Educação – William James, Stanley Hall, J. Mckeen Cattell, John Dewey, Charles H. Hudd, Eduar Claparède, Alfred Binet, etc. – esta era o resulta convergência de dois âmbitos de discursos e dois tipos de problemática: o estudo do desenvolvimento, da aprendizagem e das diferenças individuais; e o discurso do reformismo social.

Desde as primeiras décadas do século XX o discurso de reformismo social perde relevância e a psicologia da educação adota uma orientação fundamentalmente acadêmica, segundo Coll (2004), dirigindo seus esforços ao estabelecimento dos “parâmetros fundamentais da aprendizagem”, “ao refinamento de suas elaborações teóricas”, e à sua promoção como “disciplina de engenharia aplicada” (applied engineering discipline).

Psicologia da educação como engenharia psicológica aplicada

Essa visão da psicologia da educação como engenharia psicológica aplicada à educação é preponderante durante a primeira metade do século XX. Até finais de 1950, e com base em uma fé na “nova psicologia científica”, a psicologia da educação aparece como a disciplina com maior peso na pesquisa educacional, como disciplina “mestra”, a “rainha das ciências da educação”. (Coll, 2004)

Tal protagonismo, porém, começa a atenuar-se a partir dos anos de 1960, explicado por várias razões, como o seu próprio êxito e expansão incontrolada, que leva a psicologia da educação a ocupar-se de praticamente qualquer tema ou aspecto relacionado à educação e a procurar resolver qualquer problemática educacional.

A partir de 1960 começa a se manifestar uma “rachadura” da fé na capacidade da psicologia para fundamentar cientificamente a educação e o ensino, o que leva a questionar a visão da psicologia da educação como engenharia psicológica aplicada – isto é, como disciplina encarregada de transferir os conhecimentos psicológicos à educação e ao ensino, a fim de proporcionar-lhes fundamentação e caráter científico.

Essa mudança, segundo Coll (2004), terá enormes repercussões para o desenvolvimento posterior da psicologia da educação. Por um lado significará, a longo prazo, a perda definitiva de um protagonismo absoluto no campo da educação. Por outro lado, obriga-a a questionar seus pressupostos básicos, seus princípios fundamentais, forma de abordagem, seu alcance e limitação.

Para Goulart (2000) a psicologia da educação trata-se de uma ciência aplicada à educação, cujo objetivo é, numa relação permeável com as demais ciências pedagógicas, oferecer subsídios para que o ato educativo alcance, plenamente, seu objetivo. Para a autora a delimitação do campo da psicologia da educação segundo o critério de definir o que é educação e o que é psicologia é imprópria. “A educação é um empreendimento social, por isso é um macrofenômeno, cuja caracterização é multidisciplinar”. (Goulart, 2000)

Para Goulart (2000) o especialista em psicologia educacional está preocupado com o universo que tangencia a educação. Segundo a autora jamais será possível atingir o objetivo de melhorar a educação se, em nome de uma abordagem multidisciplinar, se descaracterizar cada uma das disciplinas relacionadas à educação.

A utilidade da psicologia educacional, segundo Libâneo (2001) depende do grau em que dá conta de explicar problemas enfrentados pelos professores na sala de aula, problemas esses, no entanto, que somente podem ser compreendidos como resultantes de fatores estruturais mais amplos.

A noção de individualidade na psicologia escolar

A psicologia moderna se desenvolve no mesmo período em que ganha força o movimento da Escola Nova. A crença na educação como equalizadora de oportunidades é abalada pela incapacidade da escola de cumprir sua função de universalidade, conforme era proclamado pela ideologia liberal. O movimento escolanovista vem restaurar a credibilidade na escola, afirmando que o fracasso de seus alunos se deve a diferenças individuais. (Miranda, 2001)

A ênfase na capacidade individual, na história individual, no processo de desenvolvimento, na ideia de anormalidade, faz com que a pedagogia vá buscar suporte teórico na Biologia e na Pedagogia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Professor (Educação Infantil, Ensino Fundamental I - Anos Iniciais)

Português: A fala, a leitura e a produção de textos em contextos formais de interlocução verbal; Gêneros do discurso; Classificação e flexão de palavras. Sintaxe de concordância, regência e de colocação; Significação das palavras, ortografia, acentuação e grafia, entendimento de textos.....	01
Matemática - A linguagem dos números; Números naturais; Números racionais não negativos; Operações Fundamentais e propriedades; Divisibilidade: múltiplos e divisores; Sistema de unidade de medida: decimais e não decimais; O universo das formas geométricas: perímetro, área e volume de figuras geométricas; Proporcionalidade; Grandezas e medidas e suas aplicações; Noções sobre o uso de tabelas e gráficos; Noções elementares sobre sucessões, padrões e contagem.....	84
História e Geografia - A criança e a sociedade: Município e Estados, aspectos geográficos, econômicos, sociais e culturais; História do Amapá; Geografia do Amapá; Fundamentos da Cultura Brasileira - aspectos geográficos, históricos, sociais e culturais;.....	128
O Brasil na atualidade: organização política e social, integração e desenvolvimento nacional. Ciências – A organização do ambiente, das interações dos seus componentes e o papel do ser humano no equilíbrio ecológico;.....	142
Bioma da Amazônia;.....	165
O conhecimento do próprio corpo e da saúde individual e coletiva;.....	166
Relações entre conhecimento científico e questões sociais.	209

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor (Educação Infantil, Ensino Fundamental I - Anos Iniciais)

PORTUGUÊS: A FALA, A LEITURA E A PRODUÇÃO DE TEXTOS EM CONTEXTOS FORMAIS DE INTERLOCUÇÃO VERBAL; GÊNEROS DO DISCURSO; CLASSIFICAÇÃO E FLEXÃO DE PALAVRAS. SINTAXE DE CONCORDÂNCIA, REGÊNCIA E DE COLOCAÇÃO; SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS, ORTOGRAFIA, ACENTUAÇÃO E GRAFIA, ENTENDIMENTO DE TEXTOS.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

É muito comum, entre os candidatos a um cargo público, a preocupação com a interpretação de textos. Por isso, vão aqui alguns detalhes que poderão ajudar no momento de responder às questões relacionadas a textos.

Texto – é um conjunto de ideias organizadas e relacionadas entre si, formando um todo significativo capaz de produzir interação comunicativa (capacidade de codificar e decodificar).

Contexto – um texto é constituído por diversas frases. Em cada uma delas, há uma certa informação que a faz ligar-se com a anterior e/ou com a posterior, criando condições para a estruturação do conteúdo a ser transmitido. A essa interligação dá-se o nome de contexto. Nota-se que o relacionamento entre as frases é tão grande que, se uma frase for retirada de seu contexto original e analisada separadamente, poderá ter um significado diferente daquele inicial.

Intertexto - comumente, os textos apresentam referências diretas ou indiretas a outros autores através de citações. Esse tipo de recurso denomina-se intertexto.

Interpretação de texto - o primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levem ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Normalmente, numa prova, o candidato é convidado a:

- **Identificar** – é reconhecer os elementos fundamentais de uma argumentação, de um processo, de uma época (neste caso, procuram-se os verbos e os advérbios, os quais definem o tempo).

- **Comparar** – é descobrir as relações de semelhança ou de diferenças entre as situações do texto.

- **Comentar** - é relacionar o conteúdo apresentado com uma realidade, opinando a respeito.

- **Resumir** – é concentrar as ideias centrais e/ou secundárias em um só parágrafo.

- **Parafrasear** – é reescrever o texto com outras palavras.

Condições básicas para interpretar

Fazem-se necessários:
- Conhecimento histórico-literário (escolas e gêneros literários, estrutura do texto), leitura e prática;
- Conhecimento gramatical, estilístico (qualidades do texto) e semântico;

Observação – na semântica (significado das palavras) incluem-se: homônimos e parônimos, denotação e conotação, sinonímia e antonímia, polissemia, figuras de linguagem, entre outros.

- Capacidade de observação e de síntese e
- Capacidade de raciocínio.

Interpretar X compreender

Interpretar significa

- *Explicar, comentar, julgar, tirar conclusões, deduzir.*
- *Através do texto, infere-se que...*
- *É possível deduzir que...*
- *O autor permite concluir que...*
- *Qual é a intenção do autor ao afirmar que...*

Compreender significa

- *intelecção, entendimento, atenção ao que realmente está escrito.*
- *o texto diz que...*
- *é sugerido pelo autor que...*
- *de acordo com o texto, é correta ou errada a afirmação...*
- *o narrador afirma...*

Erros de interpretação

É muito comum, mais do que se imagina, a ocorrência de erros de interpretação. Os mais frequentes são:

- **Extrapolação** (viagem): Ocorre quando se sai do contexto, acrescentando ideias que não estão no texto, quer por conhecimento prévio do tema quer pela imaginação.

- **Redução**: É o oposto da extrapolação. Dá-se atenção apenas a um aspecto, esquecendo que um texto é um conjunto de ideias, o que pode ser insuficiente para o total do entendimento do tema desenvolvido.

- **Contradição**: Não raro, o texto apresenta ideias contrárias às do candidato, fazendo-o tirar conclusões equivocadas e, conseqüentemente, errando a questão.

Observação - Muitos pensam que há a ótica do escritor e a ótica do leitor. Pode ser que existam, mas numa prova de concurso, o que deve ser levado em consideração é o que o autor diz e nada mais.

Coesão - é o emprego de mecanismo de sintaxe que relaciona palavras, orações, frases e/ou parágrafos entre si. Em outras palavras, a coesão dá-se quando, através de um pronome relativo, uma conjunção (NEXOS), ou um pronome oblíquo átono, há uma relação correta entre o que se vai dizer e o que já foi dito.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor (Educação Infantil, Ensino Fundamental I - Anos Iniciais)

OBSERVAÇÃO – São muitos os erros de coesão no dia-a-dia e, entre eles, está o mau uso do pronome relativo e do pronome oblíquo átono. Este depende da regência do verbo; aquele do seu antecedente. Não se pode esquecer também de que os pronomes relativos têm, cada um, valor semântico, por isso a necessidade de adequação ao antecedente.

Os pronomes relativos são muito importantes na interpretação de texto, pois seu uso incorreto traz erros de coesão. Assim sendo, deve-se levar em consideração que existe um pronome relativo adequado a cada circunstância, a saber:

- *que (neutro)* - relaciona-se com qualquer antecedente, mas depende das condições da frase.

- *qual (neutro)* idem ao anterior.

- *quem (pessoa)*

- *cujo (posse)* - antes dele aparece o possuidor e depois o objeto possuído.

- *como (modo)*

- *onde (lugar)*

quando (tempo)

quanto (montante)

Exemplo:

Falou tudo **QUANTO** queria (correto)

Falou tudo **QUE** queria (errado - antes do **QUE**, deveria aparecer o demonstrativo **O**).

Dicas para melhorar a interpretação de textos

- Ler todo o texto, procurando ter uma visão geral do assunto;

- Se encontrar palavras desconhecidas, não interrompa a leitura;

- Ler, ler bem, ler profundamente, ou seja, ler o texto pelo menos duas vezes;

- Inferir;

- Voltar ao texto quantas vezes precisar;

- Não permitir que prevaleçam suas ideias sobre as do autor;

- Fragmentar o texto (parágrafos, partes) para melhor compreensão;

- Verificar, com atenção e cuidado, o enunciado de cada questão;

- O autor defende ideias e você deve percebê-las.

Fonte:

<http://www.tudosobreconcursos.com/materiais/portugues/como-interpretar-textos>

QUESTÕES

1-) (SABESP/SP – ATENDENTE A CLIENTES 01 – FCC/2014 - ADAPTADA) Atenção: Para responder à questão, considere o texto abaixo.

A marca da solidão

Deitado de bruços, sobre as pedras quentes do chão de paralelepípedos, o menino espia. Tem os braços dobrados e a testa pousada sobre eles, seu rosto formando uma tenda de penumbra na tarde quente.

Observa as ranhuras entre uma pedra e outra. Há, dentro de cada uma delas, um diminuto caminho de terra, com pedrinhas e tufo minúsculos de musgos, formando pequenas plantas, ínfimos bonsais só visíveis aos olhos de quem é capaz de parar de viver para, apenas, ver. Quando se tem a marca da solidão na alma, o mundo cabe numa fresta.

(SEIXAS, Heloísa. Contos mais que mínimos. Rio de Janeiro: Tinta negra bazar, 2010. p. 47)

No texto, o substantivo usado para ressaltar o universo reduzido no qual o menino detém sua atenção é

(A) fresta.

(B) marca.

(C) alma.

(D) solidão.

(E) penumbra.

2-) (ANCINE – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE/2012)

O riso é tão universal como a seriedade; ele abarca a totalidade do universo, toda a sociedade, a história, a concepção de mundo. É uma verdade que se diz sobre o mundo, que se estende a todas as coisas e à qual nada escapa. É, de alguma maneira, o aspecto festivo do mundo inteiro, em todos os seus níveis, uma espécie de segunda revelação do mundo.

Mikhail Bakhtin. A cultura popular na Idade Média e o Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987, p. 73 (com adaptações).

Na linha 1, o elemento "ele" tem como referente textual "O riso".

() CERTO

() ERRADO

3-) (ANEEL – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE/2010)

Só agora, quase cinco meses depois do apagão que atingiu pelo menos 1.800 cidades em 18 estados do país, surge uma explicação oficial satisfatória para o corte abrupto e generalizado de energia no final de 2009.

Segundo relatório da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a responsabilidade recai sobre a empresa estatal Furnas, cujas linhas de transmissão cruzam os mais de 900 km que separam Itaipu de São Paulo.

Equipamentos obsoletos, falta de manutenção e de investimentos e também erros operacionais conspiraram para produzir a mais séria falha do sistema de geração e distribuição de energia do país desde o traumático racionamento de 2001.

Folha de S.Paulo, Editorial, 30/3/2010 (com adaptações).

Considerando os sentidos e as estruturas linguísticas do texto acima apresentado, julgue os próximos itens.

A oração "que atingiu pelo menos 1.800 cidades em 18 estados do país" tem, nesse contexto, valor restritivo.

() CERTO

() ERRADO

4-) (CORREIOS – CARTEIRO – CESPE/2011)

Um carteiro chega ao portão do hospício e grita: — Carta para o 9.326!!!